

VOZES INDÍGENAS DA REGIÃO CENTRO- OESTE DE MATO GROSSO: ETNIAS “CINTA LARGA E TERENA”

INDIGENOUS VOICES OF THE CENTRAL-WEST REGION OF MATO GROSSO:
"CINTA LARGA AND TERENA" ETHNIC GROUPS

Eliane Pinheiro Ferreira Maciel¹
Nídia Ferraz Lopes²
Neusa Inês Philippsen³

RESUMO

Este artigo, ancorado na Sociolinguística Interacional, examina as vivências das comunidades indígenas Cinta Larga e Terena por meio das narrativas de dois entrevistados — um homem e uma mulher — residentes em Juína-MT e Sinop-MT, localizados na região Centro-Oeste do Brasil. A pesquisa adota uma abordagem etnográfica e utiliza um questionário semiestruturado aplicado via WhatsApp e e-mail, investigando questões socioambientais e políticas públicas voltadas para a proteção da cultura e dos direitos indígenas. O principal objetivo é compreender os desafios que essas comunidades enfrentam na preservação de suas práticas culturais e linguísticas em um contexto de pressões sociais e ambientais crescentes. Além de contextualizar historicamente a exploração da biodiversidade e dos ecossistemas nas terras indígenas, o estudo destaca a importância de ouvir as vozes indígenas para que, através da visão deles, se revelem aspectos fundamentais de sua realidade, tanto no que diz respeito à preservação de sua identidade linguística quanto à

¹Mestra pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras/PPGLetras - Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Universitário de Sinop-MT. Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Graduada em Licenciatura em Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6830-0507> E-mail: eliane.maceil@unemat.br

²Mestra pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras/PPGLetras - Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus Universitário de Sinop-MT. Especialista em Jornalismo e entretenimento. Graduada em História. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8460-8608> E-mail: nidia.ferraz@unemat.br

³Pós-doutora pela Universität Augsburg – Alemanha. Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo - USP. Atualmente é professora adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0406-3984> E-mail: neusa.philippsen@unemat.br

defesa dos ecossistemas onde vivem. Os resultados sugerem que os desafios dessas comunidades estão profundamente ligados à história de colonização e exploração no Brasil e que suas práticas linguísticas, especialmente as línguas indígenas, encontram-se ameaçadas pela hegemonia do português.

Palavras-chave: Sociolinguística Interacional; povos indígenas; línguas indígenas ameaçadas; exploração ambiental; políticas públicas.

ABSTRACT

This article, grounded in Interactional Sociolinguistics, examines the experiences of the Cinta Larga and Terena indigenous communities through narratives from two interviewees — one male and one female — residing in Juína-MT and Sinop-MT, in Brazil's Midwest region. The study employs an ethnographic approach and a semi-structured questionnaire administered via WhatsApp and email, investigating socio-environmental issues and public policies focused on protecting indigenous culture and rights. The primary objective is to understand the challenges these communities face in preserving their cultural and linguistic practices within a context of increasing social and environmental pressures. In addition to a historical overview of biodiversity exploitation and ecosystem impact on indigenous lands, the study emphasizes the importance of listening to indigenous voices to gain insight into their reality. Through their perspectives, fundamental aspects of their existence are revealed, from linguistic identity preservation to ecosystem defense. Findings suggest that these communities' struggles are deeply connected to Brazil's history of colonization and exploitation, with indigenous languages threatened by the dominance of Portuguese.

Keywords: Interactional Sociolinguistics; indigenous peoples; endangered indigenous languages; environmental exploitation; public policies.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar discursos orais interativos de dois indígenas, por meio de questionamentos que buscam compreender os principais desafios enfrentados pelos povos indígenas da região Centro-Oeste do Mato Grosso, com foco na

preservação da cultura e da língua nativa. As entrevistas foram realizadas a partir das perspectivas intercultural e linguística, com o intuito de abordar as pressões sociais e ambientais que impactam diretamente a vida das comunidades Cinta Larga e Terena.

Além de refletir sobre as mudanças climáticas e ambientais e as demarcações de terras, este artigo discute as tradições e práticas culturais dos povos originários, procurando entender como as mudanças climáticas, a convivência social e as lutas pela demarcação das terras indígenas afetam a vida cotidiana dessas comunidades. A análise das narrativas busca conectar as memórias históricas dos entrevistados à realidade atual, revelando as dinâmicas sociais e linguísticas que permeiam suas experiências.

O artigo também explora temas centrais, como a exploração de recursos naturais e a expansão das fronteiras agrícolas, práticas agrícolas tradicionais adaptadas a um clima em mudança, e a importância da conservação e restauração de florestas e recursos naturais. Também são apresentados aspectos da história dos povos indígenas e o papel fundamental das línguas indígenas como elementos de preservação cultural.

A análise se fundamenta nos estudos da Sociolinguística Interacional, destacando como a língua e a cultura se entrelaçam nas práticas comunicativas dos povos indígenas. O método etnográfico utilizado na produção dos dados permitiu uma abordagem detalhada das vozes indígenas, evidenciando suas perspectivas sobre as questões abordadas.

O artigo conclui com a análise das narrativas discursivas de cada questão levantada durante as entrevistas, oferecendo uma visão aprofundada sobre as preocupações e demandas dos povos indígenas frente às mudanças que ameaçam suas tradições e modos de vida. A conclusão destaca a importância de políticas públicas que respeitem e promovam a interculturalidade, garantindo o direito à terra e à preservação cultural dessas comunidades frente às pressões contemporâneas.

Exploração de recursos naturais e a expansão das fronteiras agrícolas

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO),⁴ 28% da superfície terrestre, incluindo algumas das áreas florestais mais ecologicamente

⁴ FAO é a sigla para *Food and Agriculture Organization* – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, em tradução livre para o português. Trata-se de um seguimento da Organização das Nações - ONU

intactas, são geridas por povos indígenas e comunidades locais. Essa gestão desempenha um papel fundamental na preservação da biodiversidade e no controle das emissões de gases de efeito estufa.

A FAO destaca que os modos de vida dos povos indígenas podem ensinar ao mundo como preservar os recursos naturais e cultivar alimentos de maneira sustentável, em harmonia com a natureza. Mobilizar esse conhecimento é crucial para enfrentar os desafios da agricultura e da alimentação no presente e no futuro.

A destruição do meio ambiente afeta não apenas a fauna e a flora, mas também a subsistência dos povos indígenas, que dependem dos alimentos produzidos em suas terras para sobreviver. As práticas agrícolas tradicionais são bem adaptadas às condições climáticas extremas e demonstram a capacidade dos indígenas de se reinventar diante das mudanças tecnológicas e ambientais.

Práticas agrícolas tradicionais estão melhor adaptadas a um clima em mudança

Os povos indígenas vêm se reinventando e adaptando suas práticas às mudanças climáticas e tecnológicas, como demonstram estudos da ONU⁵ e relatórios da “Perspectiva Global Reportagens Humanas”. Ao longo dos séculos, essas comunidades desenvolveram técnicas agrícolas adaptadas a condições extremas, como as grandes altitudes dos Andes ou as regiões áridas do Quênia. Técnicas tradicionais, como o uso de terraços para prevenir a erosão do solo e a criação de jardins flutuantes para otimizar o cultivo em áreas inundadas, se mostraram eficazes frente aos eventos climáticos extremos e às mudanças de temperatura causadas pela crise climática (ONU News, 2019).

Essas práticas evidenciam a capacidade dos povos indígenas de se adaptar às transformações ambientais, utilizando o profundo conhecimento que possuem sobre seus territórios. As adaptações mencionadas, como o manejo de terras em altitudes elevadas e a

cujo principal objetivo é, de forma coordenada e eficaz, promover o suporte para a erradicação da fome e da insegurança alimentar.

⁵ O sistema ONU, também conhecido extraoficialmente como 'família ONU', é formado pela própria ONU e por uma série de Programas, Fundos e Agências Especializadas, todos com liderança e orçamento próprios. As agências especializadas são organizações internacionais independentes financiadas por contribuições voluntárias e fixas.

subsistência em campos áridos, refletem um sistema de conhecimento ancestral moldado por séculos de interação com o meio ambiente. Essa habilidade de adaptação não apenas permite a sobrevivência das comunidades indígenas, mas também serve como exemplo de resiliência e inovação para lidar com as mudanças climáticas atuais.

Além disso, tais técnicas demonstram o equilíbrio sustentável que essas comunidades mantêm com a natureza, valorizando a preservação do meio ambiente e seus recursos. Esse conhecimento é uma lição valiosa para o mundo moderno, que enfrenta desafios crescentes relacionados à degradação ambiental e à necessidade urgente de práticas agrícolas mais sustentáveis.

Conservar e restaurar as florestas e os recursos naturais

Um ponto crucial a ser destacado é a conservação e restauração das florestas, com o Parque Nacional do Xingu⁶ servindo como exemplo. Além de abrigar diversas etnias indígenas, o Xingu representa um modelo de preservação ambiental, resultado da contínua luta dos povos indígenas pela proteção de seus territórios. A atuação dessas comunidades vai além de proteger suas terras: elas são fundamentais na manutenção do equilíbrio ecológico, como ressaltado pela ONU. Os povos indígenas contribuem significativamente para a segurança ambiental global por meio da preservação de florestas, que são vitais para a regulação climática e a proteção da biodiversidade.

Os povos indígenas têm uma relação intrínseca com a natureza, considerando-se parte integrante dos ecossistemas que habitam. Seus métodos de gestão ambiental, desenvolvidos ao longo de gerações, garantem a preservação do solo, a conservação da água e a redução de riscos ambientais, como a erosão e desastres naturais. Em pastagens, eles adotam práticas de manejo sustentável de gado, enquanto na Amazônia, sua presença favorece a biodiversidade dos ecossistemas (ONU News, 2019).

A biodiversidade, que os povos indígenas ajudam a manter, é constantemente ameaçada pelas ações humanas, como o desmatamento e a exploração desenfreada dos

⁶ O Parque Indígena do Xingu é considerado a maior e uma das mais famosas reservas do gênero no mundo. Criado em 1961, durante o governo de Jânio Quadros. Atualmente, vivem, na área do Xingu, aproximadamente, 5500 indígenas de quatorze etnias diferentes pertencentes aos quatro grandes troncos linguísticos indígenas do Brasil: caribe, aruaque, tupi e macro-jê.

recursos naturais. Isso levanta questionamentos urgentes: o que acontecerá quando esses recursos se esgotarem? E se as mudanças climáticas se agravarem? Será que a sociedade global, com suas tecnologias, está preparada para enfrentar essas crises? Embora as respostas ainda sejam incertas, é claro que os povos indígenas têm muito a ensinar sobre resiliência e sustentabilidade.

Os territórios indígenas, que ocupam apenas 28% da superfície terrestre, abrigam 80% da biodiversidade global. A preservação dessa biodiversidade é vital para garantir a segurança alimentar e nutricional. O patrimônio genético de plantas e animais, encontrado em diversos biomas, é fundamental para o futuro da humanidade. A FAO⁷ reconhece os povos indígenas como parceiros essenciais na busca por soluções duradouras para as crises climáticas e alimentares, não só em benefício de suas próprias comunidades, mas de todo o planeta.

História dos Povos Indígenas

Segundo dados mais recentes do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, a população indígena no Brasil é estimada em cerca de 1,65 milhão de pessoas, distribuídas por mais de 800 municípios. Esse aumento significativo em relação ao censo de 2010, que registrava cerca de 818 mil indígenas, reflete a importância crescente da população indígena na diversidade cultural e social do país. Mesmo com avanços demográficos, os povos indígenas continuam a enfrentar uma série de desafios históricos e contemporâneos.

Desde o início da colonização portuguesa, os povos originários lutaram para manter suas terras e direitos, enfrentando a escravização, a expropriação territorial e a marginalização social. A colonização marcou o início de uma longa batalha por sobrevivência e pela preservação de sua identidade, uma luta que já se estende por mais de cinco séculos.

Antes da chegada dos europeus, estima-se que o território brasileiro abrigava cerca de 3 milhões de indígenas. No entanto, com a invasão e o subsequente processo colonizador, esses povos foram reduzidos tanto em número quanto em território, e passaram a ser

⁷ A FAO considera os povos indígenas como parceiros inestimáveis no fornecimento de soluções para as mudanças climáticas e na criação de um mundo com #FomeZero. Jamais conseguiremos, segundo a FAO, soluções de longo prazo para as mudanças climáticas e a segurança alimentar e nutricional sem buscar ajuda e proteção dos direitos dos povos indígenas.

conhecidos como “indígenas” devido ao equívoco dos colonizadores, que acreditavam ter chegado à Índia.

Compreender os detalhes dessa história é fundamental para reconhecer os direitos e a cidadania dos povos indígenas, que perderam suas terras, famílias e meios de subsistência. O respeito por sua trajetória é uma das chaves para a defesa de seus direitos no Brasil contemporâneo.

O Parque Indígena do Xingu, fundado em 1961, continua sendo uma referência importante de diversidade cultural e ambiental no Brasil. No entanto, como relatado no Almanaque Socioambiental⁸ Parque Indígena do Xingu: 50 anos (2011), as comunidades que ali residem enfrentam até hoje pressões sociais e ambientais decorrentes da colonização e do desenvolvimento econômico desordenado.

Mutuá Mehinaku, um indígena do Alto Xingu, descreve que antes da colonização os povos viviam pacificamente, com fronteiras territoriais respeitadas entre as etnias. No entanto, com a chegada dos colonizadores, essa tranquilidade foi substituída por conflitos, perda de terras e degradação ambiental. Além disso, os indígenas foram escravizados e forçados a fugir para áreas remotas, longe das cidades em expansão, sofrendo com queimadas, grilagem de terras, fome, discriminação e preconceito.

Esses fatos revelam a longa e complexa história de resistência dos povos indígenas, que continuam a lutar pelo direito à terra e à preservação de sua cultura em um Brasil cada vez mais globalizado e tecnologicamente avançado.

Línguas Indígenas

Antes de analisarmos as narrativas indígenas coletadas, é essencial abordar a relação entre língua e povos indígenas. Rodrigues (1986) foi pioneiro na divulgação sistemática de informações sobre as línguas indígenas no Brasil, oferecendo uma classificação detalhada dessas línguas, suas variantes e sinônimos, bem como suas famílias e troncos linguísticos. Ele ressaltou que os povos indígenas brasileiros não constituem um único grupo homogêneo, mas sim diversos povos que se diferenciam entre si por suas línguas, costumes, crenças, e

⁸ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. ISA. Almanaque socioambiental parque indígena do Xingu: 50 anos. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

filosofias, acumuladas ao longo de milhares de anos. Cada povo indígena possui uma identidade cultural distinta, expressa através de sua língua e suas práticas.

Em 1986, havia cerca de 170 línguas indígenas registradas no Brasil, embora fosse difícil obter um número exato, dada a complexidade de mapear linguisticamente esses povos. Em 1993, Rodrigues alertou para o estado crítico dessas línguas, sublinhando que muitas delas estavam em risco de desaparecer, o que resultaria não apenas na perda do conhecimento linguístico, mas também na desintegração social e espiritual dos povos indígenas. A perda de uma língua carrega consigo o desaparecimento de valores tradicionais sem tempo suficiente para que novos valores se integrem, levando à marginalização dessas comunidades.

Rodrigues também enfatizou a urgência de ações enérgicas, tanto em políticas sociais quanto científicas, para garantir a preservação dessas línguas. A manutenção dessas línguas é vital não apenas para os próprios povos indígenas, mas também para a ciência e para a compreensão mais ampla da diversidade humana. Em suas palavras, a responsabilidade de preservar as cerca de 200 línguas que ainda sobreviviam no Brasil era uma obrigação de toda a sociedade, especialmente daqueles que compreendem a importância das línguas para a história e o patrimônio cultural.

Ao longo do processo de colonização, muitas línguas indígenas desapareceram, especialmente nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul do Brasil, onde a presença europeia foi mais intensa. Essas línguas são portadoras de visões de mundo únicas, que refletem as múltiplas dimensões culturais, sociais e emocionais dos povos indígenas. Através dessas línguas, é possível acessar conhecimentos ancestrais, construídos ao longo de milhares de anos, que envolvem uma profunda conexão com o meio ambiente e com as tradições comunitárias.

Rodrigues também explicou que as línguas indígenas, assim como outras línguas do mundo, são classificadas em famílias linguísticas com base em critérios genéticos. Isso significa que essas línguas compartilham uma origem comum, mas desenvolvem diferentes manifestações ao longo do tempo, à medida que sofrem influências externas e internas.

O Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL, 2022) reforça que a língua é uma das expressões culturais mais importantes de um povo, pois ela

tem o poder de unificar, enriquecer e transformar uma comunidade de fala. A preservação dessas línguas, portanto, é crucial para a continuidade da identidade cultural dos povos indígenas, uma vez que a língua serve como veículo para transmitir suas tradições, conhecimentos e visões de mundo.

Esses dados reforçam a importância de reconhecer as línguas indígenas como um patrimônio cultural imaterial, cuja preservação é essencial não apenas para os povos que as falam, mas para a humanidade como um todo, que se enriquece com a diversidade de visões e saberes que essas línguas carregam.

Sociolinguística Interacional

A Sociolinguística é uma disciplina que explora a relação entre a língua e a sociedade, investigando como fatores sociais, como classe social, gênero, etnia, idade e contexto de interação, influenciam o uso e a variação da linguagem. Seu objetivo é compreender de que forma a linguagem reflete e, ao mesmo tempo, molda as estruturas sociais, as identidades e as relações de poder (Cesário; Votre, 2008). A linguagem não é um sistema isolado, mas está intrinsecamente conectada às dinâmicas sociais e culturais, e a Sociolinguística permite entender essas conexões e como elas influenciam os padrões linguísticos de diferentes grupos.

Dentro dessa perspectiva, a Sociolinguística Interacional (SI) surge como uma abordagem teórica que busca integrar a língua ao seu contexto social de uso. Bortoni-Ricardo (2017) ressalta que a Sociolinguística Interacional não separa a língua do meio social e das interações cotidianas, propondo que as conversas humanas obedecem a princípios de coerência interna, onde as frases são geradas e compreendidas de forma conectada às normas e expectativas sociais do ambiente. A comunicação é entendida como um processo colaborativo e interativo, no qual as normas linguísticas não são apenas expressões gramaticais, mas também reflexos das interações humanas.

Gumperz (2015), um dos grandes teóricos da Sociolinguística Interacional, destaca que essa abordagem investiga a relação entre língua e cultura, concentrando-se nos aspectos interacionais da comunicação. Ele afirma que a prática comunicativa envolve uma troca de ações e reações, tanto verbais quanto não-verbais, que são expressas nas narrativas. Nesse sentido, o discurso é contextualizado conforme a perspectiva de cada locutor, levando em

consideração suas experiências individuais e o ambiente social em que ocorre a interação. Assim, a SI examina como a cultura influencia os padrões comunicativos e como esses padrões são utilizados para construir significados nas interações diárias.

Uma das principais contribuições da Sociolinguística Interacional é sua capacidade de revelar como as pessoas utilizam o conhecimento linguístico de forma prática no cotidiano. Além do domínio da gramática e do vocabulário, os interlocutores confiam em um vasto repertório de normas sociais e culturais para interpretar e gerar discursos. No entanto, como esse conhecimento afeta a compreensão do discurso e a interação entre os falantes ainda não é completamente compreendido, conforme pontuado por Gumperz (2015).

No contexto deste artigo, a análise dos discursos dos participantes indígenas Cinta Larga e Terena se baseia nos princípios da Sociolinguística Interacional. As práticas comunicativas foram investigadas através de um roteiro de entrevistas que abordou questões relacionadas aos conflitos sociais, históricos, ambientais e governamentais. Essas interações foram interpretadas considerando não apenas o conteúdo verbal das respostas, mas também os contextos culturais e sociais que moldam a fala dos entrevistados.

Essa abordagem permite uma interpretação mais profunda das narrativas, capturando nuances que revelam as complexas relações entre língua, cultura e identidade. Ao considerar o discurso como um reflexo da realidade social vivida pelos indígenas, a Sociolinguística Interacional nos oferece uma ferramenta valiosa para entender como os entrevistados expressam suas experiências e desafios, e como o contexto intercultural influencia suas práticas linguísticas.

Procedimentos metodológicos para a produção dos dados

Os procedimentos metodológicos adotados para a produção dos dados neste estudo seguiram uma abordagem etnográfica, que, conforme Paiva (2019), valoriza a perspectiva em primeira pessoa dos participantes. O objetivo central dessa abordagem é entender os fenômenos sociais e culturais a partir da visão e experiência dos próprios sujeitos, o que permite ao pesquisador identificar padrões significativos, valores, crenças e práticas que são fundamentais para a vida do grupo estudado. Esse método inclui o registro e a análise das

vozes dos participantes, buscando uma compreensão profunda do contexto e das emoções sociais vivenciadas.

Neste estudo, a base metodológica foi fundamentada na Sociolinguística Interacional, que estuda como a língua e as práticas culturais se manifestam no discurso. O método utilizado foi qualitativo e etnográfico, com o público-alvo sendo dois indígenas de etnias diferentes: um homem da etnia Cinta Larga, de 36 anos, com nível superior completo, residente em Juína-MT, e uma mulher da etnia Terena, de 33 anos, também com nível superior completo e mestranda na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), residente na Aldeia Kopenoty, em Peixoto de Azevedo-MT.

As entrevistas foram realizadas remotamente, devido à impossibilidade de acesso presencial aos entrevistados, utilizando-se de um questionário semiestruturado aplicado via WhatsApp e e-mail. Esse questionário abordou as principais mudanças ambientais, as tradições culturais, e as pressões externas, como a exploração de recursos naturais e a expansão das fronteiras agrícolas. Também foram investigadas as percepções dos entrevistados sobre as políticas públicas, e como essas questões afetam a preservação cultural e linguística dos povos indígenas.

Para estruturar as entrevistas e captar as experiências dos entrevistados, seguimos a teoria de Gumperz (1982), que destaca a importância de registrar o discurso cotidiano de falantes selecionados, usando métodos convencionais de questionamento. As perguntas focaram em oito eixos principais: mudanças na comunidade, práticas culturais, pressões externas, desafios atuais, demandas em relação ao governo, o futuro das gerações indígenas, interações com outras comunidades indígenas, e como a cultura e os direitos indígenas deveriam ser respeitados.

Os dados coletados foram transcritos e analisados posteriormente, oferecendo uma visão rica e detalhada sobre os desafios enfrentados pelas comunidades Cinta Larga e Terena na contemporaneidade.

Análise das vozes indígenas, conforme as narrativas discursivas de cada questão

A análise das narrativas dos indígenas entrevistados revela, primeiramente, uma preocupação comum com as mudanças trazidas pela tecnologia e a forma como ela está afetando a vida nas aldeias. Quando questionados sobre as principais mudanças notadas no ambiente e na comunidade nos últimos anos, ambos os entrevistados ressaltaram a chegada da tecnologia digital como um fator de grande impacto, sobretudo entre os jovens.

Segundo o indígena da etnia Terena:

“Houve uma grande mudança em relação à tecnologia digital, teve um grande avanço nos últimos anos. [...] Uma grande mudança que houve foi o avanço da tecnologia dentro da aldeia” (Indígena Terena).

O indígena da etnia Cinta Larga também expressou preocupação com a interferência da tecnologia no modo de vida, especialmente entre os jovens, mencionando que muitos estão mais acostumados com celulares e jogos online, o que tem modificado o cotidiano nas aldeias.

“A chegada da tecnologia nas aldeias [...] tem interferido no modo de vida, principalmente dos jovens” (Indígena Cinta Larga).

Além disso, o indígena Cinta Larga demonstrou preocupação com questões relacionadas ao meio ambiente, especialmente a respeito das invasões territoriais e a falta de interesse dos jovens em aprender sobre a cultura de seu povo. Ele mencionou a aproximação das divisas das terras indígenas por fazendeiros, o que tem trazido mais pressão sobre o território demarcado.

“Os fazendeiros têm chegado cada vez mais perto dos limites que foram determinados na época das demarcações” (Indígena Cinta Larga).

Quando perguntados sobre as tradições e práticas culturais, a indígena Terena destacou a importância da cultura como identidade do povo, frisando que as tradições são ensinadas de geração em geração. Ela sublinhou a relevância das práticas culturais como fator de diferenciação entre os povos.

“As tradições e práticas culturais são de suma importância para nós, do povo Terena. Elas são a nossa identidade” (Indígena Terena).

O indígena Cinta Larga, por sua vez, afirmou que, embora seu povo preserve a cultura, os jovens não demonstram grande interesse em pesquisar e aprender sobre as tradições antigas. Ele também mencionou que, apesar de sua comunidade falar fluentemente a língua nativa Tupi Mondé, a cultura não é amplamente incentivada entre os mais jovens, especialmente no contexto escolar.

“Os jovens não procuram pesquisar sobre a cultura de como viviam antigamente” (Indígena Cinta Larga).

Essas respostas indicam um desafio comum entre as etnias entrevistadas: o de manter viva a cultura tradicional em meio às transformações sociais e tecnológicas que ocorrem em suas comunidades.

Em relação ao cuidado com o meio ambiente, a indígena Terena relatou que sua comunidade tem atuado de forma organizada para combater a exploração ilegal de madeira e garimpo dentro das reservas florestais. Um grupo interno foi criado para fiscalizar essas atividades e proteger a floresta.

“Temos um grupo responsável pela fiscalização da reserva para evitar a exploração ilegal de madeira e garimpo” (Indígena Terena).

Por outro lado, o indígena Cinta Larga relatou a existência de desigualdades internas em sua comunidade, onde alguns membros são coniventes com as negociações ilegais com não-indígenas para a venda de madeira, o que gera divisão e problemas ambientais.

“Há negociação de recursos com não-indígenas, o que afeta a comunidade e aumenta as desigualdades” (Indígena Cinta Larga).

Essa disparidade entre as duas comunidades reflete diferentes níveis de organização e resistência frente às pressões externas, demonstrando como as práticas de preservação ambiental variam conforme os contextos sociais.

Quando perguntados sobre os desafios que enfrentam atualmente, a indígena Terena apontou que o maior desafio da sua comunidade é a revitalização da língua nativa, pois os mais jovens não falam o idioma como os mais velhos. Ela destacou a importância de manter viva a língua, uma vez que perder o idioma significaria perder parte da identidade cultural do povo.

“O maior desafio é revitalizar a nossa língua, manter ela viva” (Indígena Terena).

Já o indígena Cinta Larga destacou a questão dos materiais didáticos enviados às escolas indígenas, que muitas vezes não refletem a cultura e as realidades locais. Ele criticou a falta de respeito à identidade indígena no currículo escolar, o que perpetua preconceitos sobre o modo de vida indígena.

“Os livros didáticos que recebemos não refletem nossa cultura” (Indígena Cinta Larga).

No que tange às preocupações com o governo e as políticas públicas, ambos os entrevistados concordam que a educação é uma área de preocupação central. A indígena Terena ressaltou a necessidade de um currículo diferenciado, que respeite as especificidades culturais e linguísticas da sua comunidade, conforme preconizado pela legislação, mas que não tem sido implementado.

“Queremos que o governo respeite a lei que nos garante um currículo diferenciado para nossas escolas” (Indígena Terena).

O indígena Cinta Larga expressou descontentamento com a forma como os direitos indígenas têm sido desrespeitados, mas reiterou a contínua luta pela manutenção desses direitos, apesar das mudanças de governo.

“Por mais que governos entrem e saiam, continuaremos lutando pelo respeito aos nossos direitos” (Indígena Cinta Larga).

Essa análise das vozes indígenas revela a complexidade dos desafios enfrentados por esses povos, que envolvem desde a preservação cultural e linguística até a defesa de seus territórios e recursos naturais. A revitalização das línguas indígenas, a luta contra o preconceito e a busca por uma educação que respeite a identidade cultural de cada povo são questões centrais nas narrativas apresentadas.

Por fim, a preservação da cultura e da língua é apontada como um dos pilares para a continuidade da identidade indígena nas gerações futuras. A união entre as comunidades indígenas para lutar por direitos comuns também é uma mensagem forte presente nos relatos.

“A preservação da nossa cultura e da nossa língua é o que nos mantém vivos enquanto povo” (Indígena Terena).

Considerações finais

Considerando as falas dos entrevistados e as discussões apresentadas ao longo do artigo, fica evidente que os desafios enfrentados pelos povos indígenas no Brasil são múltiplos e complexos. As questões de preservação cultural, revitalização das línguas nativas e defesa territorial estão no cerne das preocupações dessas comunidades. A luta pela demarcação das terras, pressionada por interesses econômicos, se entrelaça com a necessidade urgente de proteger a biodiversidade e os direitos originários desses povos, que historicamente são os guardiões do meio ambiente.

Os relatos dos indígenas Cinta Larga e Terena revelam como a chegada da tecnologia, as pressões externas sobre seus territórios e a falta de uma educação adequada que respeite suas realidades culturais afetam diretamente a preservação de sua identidade. Contudo, apesar dos desafios, esses povos continuam lutando para manter vivas suas tradições, proteger suas terras e garantir que as gerações futuras possam herdar e praticar sua cultura.

A criação de um ministério específico para os povos indígenas e a gestão de órgãos como a FUNAI por indígenas oferecem uma nova esperança para a construção de políticas públicas que realmente atendam às suas necessidades e garantam o respeito aos seus direitos. No entanto, ainda há muito a ser feito para combater o preconceito e a marginalização que essas comunidades enfrentam no dia a dia.

A preservação das línguas indígenas é uma questão central nessa luta, uma vez que a língua carrega a memória, a cultura e a identidade de cada povo. Assim, as políticas públicas

devem ser comprometidas com a proteção desses idiomas e com o fortalecimento das práticas culturais. Além disso, o reconhecimento e o respeito à história verdadeira dos povos originários devem ser promovidos amplamente na sociedade brasileira.

Conforme refletido nas análises baseadas na Sociolinguística Interacional, as narrativas desses povos não são meros relatos históricos, mas representam a resistência viva de culturas que se adaptam e continuam a existir apesar das adversidades. Ao final, o que está em jogo não é apenas a preservação de um patrimônio cultural, mas a criação de um futuro em que todos possam viver com dignidade, harmonia e respeito à diversidade, seja ela cultural, social ou ambiental.

Referências

BORTONI-RICARDO, S. M. *Manual de Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

CESÁRIO, M. M.; VOTRE, S.; COSTA, M. A. Livro: Manual de linguística – Martelotta – Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 141-155.

DOCUMENTÁRIO. *Parque Nacional do Xingu - Expedições*. 2011. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/expedicoes/episodio/parque-nacional-do-xingu> Acesso em: 07 jun. 2023.

FUNDO BRASIL. ***Povos Indígenas: história, cultura e lutas***. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/povos-indigenas-historia-cultura-e-lutas/> Acesso em: 8 jun. 2023.

GUMPERZ, J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GUMPERZ, J. J. 11 Interactional Sociolinguistics: A Personal Perspective. In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. *The handbook of discourse analysis*. Reino Unido: Wiley Blackwell, 2015.

INESC. *Depois do desmonte*. Disponível em: [https://www.inesc.org.bhbnr/wp-content/uploads/2023/04/Depois do desmonte-BOGU 2022 .pdf](https://www.inesc.org.bhbnr/wp-content/uploads/2023/04/Depois_do_desmonte-BOGU_2022.pdf) Acesso em: 8 jun. 2023.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM POLÍTICAS LINGUÍSTICA. Disponível em: <http://ipol.org.br/onu-lanca-plano-de-10-anos-para-apoiar-linguasindigenaameacadas/> Acesso em: 14 dez. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. ISA. *Almanaque socioambiental parque indígena do Xingu: 50 anos*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: *Resultados Preliminares*. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 out. 2024.

ONU BRASIL. *ONU lança plano de 10 anos para apoiar línguas indígenas ameaçadas*. Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/212593-onu-lan%C3%A7a-plano-de-10-anos-para-apoiar-l%C3%A7Dnguas-ind%C3%ADgenas-amea%C3%A7adas> Acesso em: 12 jun.2023.

ONU NEWS. *Perspectiva Global Reportagens Humanas*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/08/1683741> Acesso em: 07 jun.2023.

PAIVA, V. L. M. de O. *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2019.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas brasileiras*. Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo, 1986.

SILVA, E. C. de O. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rX5FhPH8hjdLS5P3536xgxf/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 07 jun.2023.